

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS: QUAL? PARA QUEM? POR QUE LUTAMOS?

FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOLS: WHICH ONE? FOR WHOM? WHY DO WE FIGHT?

Maria Eva Freire de Alkimim¹

Daniele Costa Pinho²

Francely Aparecida dos Santos³

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de discutir sobre a Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo na área do conhecimento de Matemática, buscando entender as intenções dessa proposta de ensino no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Para isso, realizou-se uma análise documental da BNCC de Matemática do Ensino Fundamental e Médio, com o fito de identificar as habilidades que a mencionam de forma implícita e/ou explícita, seguida de nossas reflexões, norteadas por pesquisadores da Educação Matemática. Justifica-se, este estudo, pela necessidade de levar às pessoas discussões da Educação Financeira, no intuito de orientá-las acerca do modelo de sociedade capitalista no qual estamos inseridos, bem como na tomada de decisão consciente e fundamentada. Nessa direção, buscam-se apontamentos para problematizações do tipo: Por que Educação Financeira nas escolas? Qual Educação Financeira desejamos? A quem essa proposta se destina? Por que lutamos?

Palavras-chave: Educação Financeira. Ensino e aprendizagem de Matemática. Base Nacional Comum Curricular. Ensino Fundamental e Médio.

ABSTRACT

This study aims to discuss Financial Education in the National Common Curricular Base - BNCC, especially in the area of Mathematics Knowledge, seeking to understand the intentions of this teaching proposal within the scope of the Organization for Economic Cooperation and Development - OECD and National Strategy of Financial Education – ENEF. To this end, a documentary analysis of the BNCC of Mathematics for Elementary and Secondary Education was carried out, with the aim of identifying the skills that mention it implicitly and/or explicitly, followed by our reflections guided by Mathematics Education researchers. It is justified by the need to bring Financial Education discussions to people in order to guide them about the model of capitalist society that we are part of and also, in relation to conscious and well-founded decision making. In this direction, we seek notes on the following questions: Why Financial Education in schools? What Financial Education do we want? Who is it aimed at? Why do we fight?

Keywords: Financial Education, Teaching and learning Mathematics, Common National Curriculum Base, Elementary and Secondary School.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura, com o objetivo de discutir sobre a Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo na área do conhecimento de Matemática, buscando entender as intenções dessa proposta de ensino no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

No decorrer da investigação, buscam-se apontamentos para problematizações do tipo: Por que

1 Mestra em Educação (PPGE/Unimontes)Unimontes - evafreirealkimim@gmail.com

2 Mestranda em Educação (PPGE/Unimontes) Unimontes- daniele.pinho@educacao.mg.gov.br

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Unimontes) Unimontes- francely.santos@unimontes.br



Educação Financeira nas escolas? Qual Educação Financeira desejamos? A quem essa proposta se destina? Por que lutamos? Tais problematizações iniciais têm como norte a necessidade de levar a Educação Financeira às escolas e às demais pessoas, no intuito de orientá-las acerca do modelo de sociedade capitalista no qual estamos inseridos, e instruí-las em relação à tomada de decisão consciente e fundamentada no que se refere ao uso e gestão de seus recursos financeiros, bem como acerca do consumo com responsabilidade ética e ambiental.

No ano de 2014, o Ministério da Educação iniciou a elaboração da BNCC, com objetivo de criar um documento normativo, de competências gerais, almejando: o pleno exercício da cidadania; a adaptação ao mundo do trabalho; e a solução de questões cotidianas por toda a população brasileira (Assis; Giordiano; Coutinho, 2019).

Johann e Malanchen (2021) enfatizam a participação e o envolvimento dos setores privados na elaboração do documento e principalmente o aligeiramento na aprovação de sua versão em 2017.

O que causou estranheza é o fato de que a BNCC, em sua terceira versão, foi aprovada no dia 15 de dezembro de forma aligeirada, negando as sugestões encaminhadas ao Comitê Gestor do MEC e não incluindo a parte do Ensino Médio na base, sendo ela aprovada somente em 2018, após a publicação da Reforma do Ensino Médio por meio da Medida Provisória (MP 746/2016)¹². Feito isso, a BNCC aprovada continua contemplando os direitos de aprendizagens, entretanto, o fundamento central do documento passa agora a ser direcionado por competências e habilidades que devem ser desenvolvidas durante toda a educação básica. (Johann e Malanchen, 2021, p. 144)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo. Nela estão determinados os direitos de aprendizagens que devem ser contemplados durante a Educação Básica. O intuito de sua aprovação é tornar-se uma referência nacional na construção dos currículos escolares e, serviu também para subsidiar a reformulação das matrizes de avaliação de larga escala, alterando a política de formação inicial e continuada dos professores e, ainda, como medida para reformular materiais didáticos e demais cursos e materiais pedagógicos a serem vendidos no mercado (Johann; Malanchen, 2021).

Uma crítica tecida pelas autoras Johann e Malanchen (2021), materializa-se pela afirmação de que a BNCC vem para contemplar interesses da classe dominante, tendo como fundamentação a pedagogia das competências. O documento estabelece dez competências gerais a serem desenvolvidas no processo de escolarização. Com a previsão de ser implementada nas redes de ensino de todo o país no prazo de dois anos, contados a partir da data de sua homologação ocorrida em 2018.

Por meio do currículo escolar, este projeto dominante estima colocar em prática alguma de suas intenções. A BNCC consiste em um desses projetos que se articula com os preceitos da classe empresarial e teve desde suas primeiras discussões, representantes de grupos privados em seu planejamento (Johann; Malanchen, 2021).

A estratégia adotada pelos privatistas é a de focar em um ensino pautado em habilidades técnicas e instrumentais alicerçadas aos interesses do capital, que se propõe a formar um sujeito meramente adaptável, que não tenha capacidade crítica de questionar a dinâmica desta sociedade, formando indivíduos despolitizados (Johann; Malanchen, 2021).

Em 2017, a Educação Financeira foi inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e, em 2018, para o Ensino Médio. O documento destaca a importância de articular o ensino entre as diversas áreas do conhecimento, e infere que as escolas devem se organizar para incluir a Educação Financeira em suas propostas pedagógicas, de modo que os professores possam desenvolvê-la cotidianamente em sala de aula.



Na área do conhecimento de Matemática, a Educação Financeira se apresenta ora implícita, ora explícita, no interior das habilidades. O professor Doutor Marco Kistemann Jr., líder do grupo “Pesquisa de Ponta”, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e outros pesquisadores ressaltam a importância de a Educação Financeira ser conduzida por educadores matemáticos em parceria inter e transdisciplinar com os demais docentes (Kistemann Jr., 2020).

Por conseguinte, torna-se relevante para a Educação Matemática conhecer a proposta de Educação Financeira presente na BNCC e identificar se as intenções que a levou ao documento corroboram o que é almejado pelo campo da Educação Financeira no contexto da Educação Matemática.

Na perspectiva de Almouloud e Coutinho (2020, p. 77), “Educação Financeira é um conjunto de habilidades que levam o sujeito a gestão de sua própria vida financeira com responsabilidade e visando sua segurança e bem-estar”. Conforme a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE] (2005), Educação Financeira é

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005, p. 13)

No entender de Kistemann Jr. (2020), o conceito defendido pela OCDE se refere apenas ao caráter instrumental da Educação Financeira, uma vez que “aprender a lidar com dinheiro é muito pouco se as tomadas de decisão não estiverem alicerçadas em parâmetros éticos e cidadãos” (Kistemann Jr., 2020, p. 17). Nesse mesmo sentido, Silva e Powell (2013) discorrem sobre a Educação Financeira Escolar, que visa à formação do jovem para um consumo consciente, com olhar para a sustentabilidade do planeta: “É preciso educar financeiramente também para a sustentabilidade, não somente para gestão de recursos financeiros” (Silva; Powell, 2013, p. 13).

Para Campos (2020), podemos pensar a Educação Financeira a partir de três vertentes: instrumental; crítica; e comportamental. No que concerne à instrumental, esta é alimentada pela crença de que o ensino sistemático da Matemática Financeira pode habilitar o indivíduo consumidor a tomar as melhores decisões em suas ações de consumo. As atividades propostas em sala de aula, nessa perspectiva, baseiam-se no paradigma do exercício de Skovsmose (2021), em que não são levantadas discussões no sentido de promover uma reflexão que favoreça o desenvolvimento crítico dos estudantes.

A vertente crítica da Educação Financeira busca contribuir para uma maior efetividade do ensino e da aprendizagem nessa área. Assume pressupostos de uma educação na qual se defende uma postura essencialmente crítica que valorize a conscientização social e política, presentes nos conhecimentos matemáticos. Tarefas em sala de aula, nesse contexto, podem ser conduzidas por meio da construção de cenários para investigação, conforme propõe Skovsmose (2021).

Os cenários consistem na criação de ambientes de aprendizagem que proporcionem aos alunos trilharem caminhos diversos e construam seus conhecimentos. Nessa perspectiva, as tarefas abrem inúmeras possibilidades de discussão, a depender do envolvimento e dos conhecimentos prévios dos estudantes envolvidos. Skovsmose (2021, p. 45) afirma que “um cenário para investigação é um terreno sobre o qual as atividades de ensino-aprendizagem acontecem”.

No que se refere à vertente comportamental, Campos (2020) observou que, por vezes, as decisões que tomamos diferem do que acreditamos ser o correto. A título de exemplificação, o autor cita o fato de as



peças consumirem cigarros, refrigerantes e *fast food*, mesmo tendo conhecimento de que esses hábitos causam prejuízos à saúde. Campos (2020) reforça, ainda, a necessidade de ampliar as discussões de Educação Financeira Escolar abarcando outras áreas do conhecimento, de forma inter ou transdisciplinar.

Tendo em vista que a inserção da Educação Financeira nas aulas da Educação Básica é imprescindível, buscam-se apontamentos para problematizações do tipo: Qual Educação Financeira desejamos? Por que Educação Financeira nas escolas? A quem essa proposta se destina? A proposta de Educação Financeira presente na BNCC é realmente a que queremos? Por que lutamos?

A estrutura organizacional deste texto consiste na introdução, retratando as ideias iniciais do tema; uma seção com as principais habilidades que mencionam a Educação Financeira – mesmo que implicitamente – na BNCC de Matemática do Ensino Fundamental e Ensino Médio, acrescida de nossas reflexões norteadas por pesquisadores que estudam a temática; uma discussão breve sobre a crise do crédito, fruto do capitalismo financeiro e suas implicações para a sociedade; e, por fim, tecemos considerações em relação às problematizações levantadas inicialmente.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

A Educação Financeira constitui um plano de investigação que movimenta muitos saberes, habilidades e competências, crenças e concepções, envolvendo diferentes áreas do conhecimento humano, assim como a Matemática, a Política, a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia, a Ética, entre outras (Assis; Giordiano; Coutinho, 2019).

Nessa perspectiva, o governo brasileiro, em 2010, promulgou o decreto n.º 7.397/2010 (Brasil, 2010), a fim de instruir uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o objetivo de fomentar e apoiar ações que visam aprimorar a população brasileira no âmbito financeiro, tornando-a cada vez mais consistente e segura nas tomadas de decisões, fortalecendo a cidadania (Assis; Giordiano; Coutinho, 2019).

A proposta da ENEF nas escolas (Brasil, 2010) teve como principal objetivo educar as crianças e os adolescentes, orientando-os quanto ao uso consciente do dinheiro, visando cultivar hábitos e comportamentos adequados para a saúde financeira e o bem-estar social. Essa proposta parte do pressuposto de que os indivíduos educados financeiramente podem contribuir efetivamente para a formação de uma sociedade mais responsável e comprometida com o futuro da nação (Assis; Giordiano; Coutinho, 2019).

A BNCC de Matemática do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) apresenta oito competências específicas:

- 1- Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
- 2- Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
- 3- Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.



- 4- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
- 5- Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
- 6- Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).
- 7- Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 8- Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles. (Brasil, 2018, p. 267)

Na contemporaneidade, a comunidade acadêmica internacional reconhece a importância da Educação Financeira na vida da população. As pessoas têm como principal foco lidar, cada vez mais jovens, com produtos financeiros sujeitos a processos de contínuo aperfeiçoamento e adaptação. Destacando a importância da Educação Financeira para o cidadão comum, Teixeira (2015) ressalta que

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos. (Teixeira, 2015, p. 13)

No âmbito da Educação Financeira, Vitt (2007) aponta que o letramento desempenha um papel fundamental, devido ao fato de ser compreendido como um processo de instrumentalização do cidadão, visando melhorar diretamente a situação financeira particular do indivíduo. A autora destaca que

Os esforços da Educação Financeira de real importância podem ser baseados nos valores dos consumidores e no que eles podem aprender a valorizar. Incorporar os valores dos consumidores em oportunidades de aprendizagem pode fornecer a “centelha interna” que é essencial para eles desejarem a autossuficiência financeira porque acreditam que podem realmente alcançá-la. Os profissionais de serviços financeiros e os educadores, como anunciantes, devem atender os consumidores em seus próprios termos. Há poucas chances de que mudanças reais nos comportamentos financeiros do consumidor ocorram, a menos que os objetivos de todos os interessados financeiros sejam trazidos para congruência. (Vitt, 2007, p. 76)

Para Criddle (2006), um bom nível de letramento financeiro vai além de saber planejar o orçamento familiar e controlar as contas gerais. O autor salienta que é necessária uma profunda reflexão sobre o valor do dinheiro antes de determinar os objetivos e, nessa perspectiva, traçar metas para vida pessoal.



Já para Orton (2007), esse processo envolve sérias competências leitoras para análise das condições financeiras pessoais que determinam o bem-estar material, como a capacidade de tomar decisões financeiras de forma consciente, porquanto falar sobre dinheiro é enfrentar projeções e sérios desafios, a saber, mudar o cenário político e econômico.

Uma das contribuições importantes da Educação Financeira, desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, consiste em ajudar o aluno a desenvolver a capacidade de planejar a vida própria e a familiar. Conforme mencionado por Domingos e Santiago (2014, p. 30), “o motivo pelo qual o tema da Educação Financeira deve ser abordado nas escolas é simples: lá, é possível atingir alunos, professores, funcionários e toda a comunidade ao redor, além de tornar todo o ambiente um local de aprendizagem.”

A Educação Financeira nas escolas, torna-se obrigatória na Educação Básica a partir da BNCC. Entretanto, quando esta é abordada para o Ensino Fundamental, faz-se necessário levantar discussões que possam enfatizar perspectivas de mudanças comportamentais às crianças e aos adolescentes. Essa demanda é primordial, uma vez que a educação faz com que as pessoas se tornem mais conscientes (Camargos; Patriota, 2022).

Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e, também, no Ensino Médio, a BNCC apresenta algumas habilidades relacionadas à temática da Educação Financeira, conforme serão apresentadas na próxima seção.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ÁREA DO CONHECIMENTO DE MATEMÁTICA DA BNCC

Na BNCC de Matemática do Ensino Fundamental, as habilidades estão organizadas por área do conhecimento de Matemática, em cinco unidades, quais sejam: Números; Álgebra; Geometria; Grandezas e Medidas; Probabilidade e Estatística. Analisamos cada uma dessas unidades em busca das habilidades que estivessem relacionadas à Educação Financeira, mesmo que de forma implícita. Apresentamos, no Quadro 1, as habilidades da BNCC de Matemática que fazem menção à Educação Financeira no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Quadro 1 - Habilidades que fazem menção à Educação Financeira na BNCC de Matemática do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Ano/série	Unidade temática	Habilidades
1º ano EF	Grandezas e Medidas	(EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante (Brasil, 2018, p. 281).
2º ano EF	Grandezas e Medidas	(EF02MA20) Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas (Brasil, 2018, p. 285).
3º ano EF	Grandezas e Medidas	(EF03MA24) Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca (Brasil, 2018, p. 289).



4º ano EF	Números	(EF04MA10) Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação (Brasil, 2018, p. 291).
4º ano EF	Grandezas e Medidas	(EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável (Brasil, 2018, p. 293).
5º ano EF	Números	(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros (Brasil, 2018, p. 295).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

À maneira como as habilidades que mencionam Educação Financeira se apresentam na BNCC não contribuem para que a esta se consolide na perspectiva almejada pelos educadores financeiros do campo da Educação Matemática. Os alunos não são instigados a pensar em problemáticas vivenciadas no cotidiano deles. Dessa forma, caberá aos professores ao abordarem a temática em sala de aula, aprofundarem discussões que contribuam para o entendimento da Educação Financeira. Almouloud e Coutinho (2020), destacam a importância do letramento financeiros dos professores para que estes consigam desenvolver a temática em suas aulas.

A partir da nossa análise na BNCC de Matemática, encontramos algumas habilidades que se referem aos Anos Finais do Ensino Fundamental e estão apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Habilidades que fazem menção à Educação Financeira na BNCC de Matemática do Ensino Fundamental – Anos Finais

Ano/série	Unidade temática	Habilidades
6º ano EF	Números	(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros (Brasil, 2018, p. 301).
7º ano EF	Números	(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros (Brasil, 2018, p. 307).



9º ano EF	Números	(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira (Brasil, 2018, p. 317).
-----------	---------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observe que, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a Educação Financeira é mencionada em algumas habilidades da unidade temática “Números” e relaciona-se aos seguintes objetos de conhecimento: cálculo de porcentagem; porcentagem de porcentagem; juros; descontos e acréscimos; incluindo o uso de tecnologias digitais. Ressalta-se que a maneira como a BNCC propõe essas habilidades apenas reforça o caráter instrumental da Matemática Financeira que já era mencionado desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997.

Para o Ensino Médio, na BNCC, os campos da Matemática são integrados de forma mais consistente e ocorrem entre: Aritmética; Álgebra; Geometria; Probabilidade e Estatística; Grandezas e Medidas (Brasil, 2018). Após a análise desse documento, encontramos as seguintes habilidades que fazem menção à Educação Financeira no Ensino Médio (Quadro 3).

Quadro 3 - Habilidades que fazem menção à Educação Financeira na BNCC de Matemática do Ensino Médio (EM)

Habilidades
(EM13MAT101) Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais (Brasil, 2018, p. 543).
(EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos (Brasil, 2018, p. 533).
(EM13MAT203) Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões (Brasil, 2018, p. 534).
(EM13MAT302) Construir modelos empregando as funções polinomiais de 1º ou 2º grau, para resolver problemas em contextos diversos, com ou sem apoio de tecnologias digitais (Brasil, 2018, p. 536).
(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso (Brasil, 2018, p. 536).
EM13MAT305) Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira, entre outros (Brasil, 2018, p. 536).

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Assim como as habilidades do Ensino Fundamental, as do Ensino Médio – que fazem menção à Educação Financeira na BNCC – favorecem o trabalho do professor apenas na vertente instrumental da Matemática Financeira, pois, conforme são propostas no documento e mencionadas nos quadros 1, 2 e 3, não contribuem para a formação crítica do estudante.

Embora a BNCC considere a Educação Financeira um tema interdisciplinar, na área do conhecimento de Matemática ela é incorporada diretamente no contexto de diversos anos escolares do Ensino Fundamental e Médio, podendo estar associada ao conhecimento financeiro, bem como a situações cotidianas relacionadas à vida da população em geral.

De acordo com Almouloud e Coutinho (2020), para que o ensino de Educação Financeira se torne efetivo nas salas de aula, o professor precisa ter domínio sobre essa temática, para ir além do que propõe a BNCC. Um estudo realizado por tais autores apontou que os docentes que detêm tais conhecimentos potencializam a qualidade de vida individual e de seus alunos: “O letramento financeiro do professor é fundamental para que o letramento financeiro dos alunos possa ser desenvolvido” (Almouloud; Coutinho, 2020, p. 83).

Embora ofereça ferramentas para a aprendizagem da Educação Financeira, não é possível afirmar que apenas os conhecimentos da Matemática Financeira sejam suficientes para garantir uma compreensão completa. Assim, Campos (2020) destaca a necessidade de discussões críticas e aprofundadas, a fim de transcender a vertente instrumental da Educação Financeira.

Um dos principais objetivos da vertente instrumental é a garantia da aprendizagem por meio de cálculos procedimentais, que poderão ser medidos a partir de avaliações externas, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela OCDE.

Tanto as habilidades da BNCC de Matemática do Ensino Fundamental quanto as do Ensino Médio reforçam esse caráter instrumental, impedindo uma formação ampla e emancipatória do estudante em relação à tomada de decisão consciente e responsável no âmbito da Educação Financeira. Desse modo, fica a cargo do professor utilizar abordagens e aprofundamentos necessários para que a Educação Financeira se consolide.

Uma vez que se vinculam ao ensino de objetos do conhecimento pertencentes ao campo da Matemática Financeira, apontamos críticas referentes à maneira pelas quais essas habilidades se apresentam na BNCC: reforça apenas o caráter instrumental da Educação Financeira; não difere da Matemática Financeira que há muito tempo está presente nos livros didáticos e, portanto, não apresentam possibilidades para o professor transcender a vertente instrumental; intensifica a ideia do ensino conteudista, tendo em vista uma formação baseada em habilidades e competências – para a aquisição de capital humano –, cobradas em avaliações externas, sendo que os seus resultados servirão de base para a obtenção de financiamentos por parte do Banco Mundial; entre outras. A seção a seguir discute a Educação Financeira nos temas contemporâneos transversais.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS

É importante ressaltar, dentre os Temas Contemporâneos Transversais, que a BNCC considera relevante o estudo de conceitos básicos de economia e de finanças, visando à Educação Financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como: taxas de juros; inflação; aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas, psicológicas e econômicas, além de questões de consumo, trabalho e dinheiro.



Pelo fato de pertencerem aos Temas Contemporâneos Transversais, existe a possibilidade de que esses tópicos não recebam a devida atenção nas salas de aula. Isso ocorre porque os professores, geralmente, priorizam o ensino dos conteúdos específicos de suas disciplinas, conforme o currículo estabelecido. Desse modo, os tópicos são abordados superficialmente, por meio de palestras em um único dia letivo durante a semana da “Educação Para a Vida”, evento que faz parte do calendário escolar e é destinado ao desenvolvimento de atividades referentes aos Temas Contemporâneos Transversais.

Nesse sentido, o campo da Educação Matemática defende a condução da Educação Financeira por professores que ensinam Matemática em parceria inter e transdisciplinar com as demais áreas do conhecimento. Isso justifica a necessidade de pesquisas que discutam a Educação Financeira em diferentes esferas educacionais.

Em relação ao ensino de Matemática, conduzir tarefas no âmbito da Educação Financeira pode significar um avanço para o ensino e a aprendizagem dos alunos – ao lidarem com objetos da realidade, quais sejam: conta de energia elétrica; boletos diversos; fatura do cartão de crédito; panfletos de lojas; sites de lojas virtuais; entre outros – quanto um desenvolvimento para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de tomar decisões financeiras saudáveis, objetivando uma vida com responsabilidade e compromisso com a sustentabilidade do planeta.

Outros pontos que destacamos referem-se a saber o momento certo para adquirir um produto, pensar as formas de sua produção, analisar se a empresa que o fabricou tem compromisso com a sustentabilidade são algumas discussões que podem ser levantadas nas aulas de Matemática no contexto da Educação Financeira.

Outra sugestão de debate que pode ser abordada refere-se ao consumo e ao consumismo, de modo que os alunos entendam que consumir faz parte de nossas vidas e representa tudo aquilo que é indispensável para viver com dignidade: alimentação; saúde; vestimentas; moradia; transporte; lazer; entre outros. Consumimos até mesmo enquanto dormimos. Basta olhar a nossa volta aparelhos como a geladeira; o relógio; o aparelho de ar-condicionado; uma lâmpada e outros que permanecem ligados, consumindo energia.

Já o consumismo – consumo exacerbado, por vezes, sem pensar – é algo que pode e deve ser evitado. Pessoas consumistas tendem a comprar objetos sem analisar se realmente

precisam e podem comprometer suas finanças e/ou adentrar em situações de endividamento e, como consequência, prejudicam o meio ambiente.

O consumo de produtos supérfluos pode trazer grandes impactos, como acúmulo de lixo na natureza; emissão de gases no planeta; transporte e distribuição, além de prejudicar a saúde financeira das pessoas, caso a compra seja realizada de forma parcelada, com cartões de crédito ou carnês de lojas. Essas formas de pagamento muitas vezes geram acréscimos de juros que poderiam ser evitados ao realizar uma compra planejada e pagar à vista. Esses juros tendem a aumentar em proporções exponenciais caso o cliente não consiga efetuar o pagamento até a data estabelecida na fatura.

Assim, é mister pensar em uma Educação Financeira que oriente as pessoas para a tomada de decisão de forma a romper com a lógica mercadológica influenciadora do consumo que favorece lucros a grandes empresas e instituições bancárias. Essa lógica mercadológica é produto da sociedade capitalista, que tem o lucro e a acumulação de riquezas como objetivos primordiais, contribuindo para o aumento das desigualdades, além de fazer com que as pessoas se tornem cada vez mais endividadas. Essas e outras discussões serão levantadas na seção a seguir.



DO CAPITALISMO COMERCIAL À CRISE DO CAPITALISMO FINANCEIRO

A palavra *capitalismo* vem do latim *capitale* que quer dizer “cabeça” ou “aquele que comanda”. A produção de riquezas advém do trabalho, do lucro e da acumulação de capitais. O capitalismo é um sistema econômico que configura um modo de produção de riquezas na maioria dos países do mundo. Garante lucros, acumulação e circulação de capital a partir do trabalho, da propriedade privada e dos meios de produção. É uma estrutura organizada em classes, sendo a elite burguesa responsável por fornecer empregos à população e ao proletariado, aqueles que vendem sua força de trabalho em troca do salário.

Esse sistema capitalista defende pouca intervenção do Estado na economia, possibilitando o livre mercado e a livre iniciativa privada. Ele passou por diversas fases, começando pelo capitalismo comercial, que ocorreu entre os séculos XV e XVIII, com exploração de terras, colônias, metais preciosos, entre outros. A segunda fase, denominada capitalismo industrial, aconteceu entre os séculos XVIII e XIX, tendo a Revolução Industrial como marco importante. Nesse período, há um aumento do êxodo rural, do crescimento das cidades, da produção em larga escala. O trabalho manufaturado torna-se obsoleto, uma vez que máquinas diversas são introduzidas no mercado. A terceira e atual fase é denominada capitalismo financeiro e é fruto do acúmulo de capital de diversos bancos e grandes empresas que agora vendem suas ações e dividem seus lucros com acionistas. É sobre essa fase que aprofundaremos nossas reflexões, com base nos estudos de Zygmunt Bauman. O sociólogo pontua: “Atualmente, a sociedade vivencia o capitalismo financeiro e suas consequências como a crise do crédito. A presente crise do crédito não sinaliza o fim do capitalismo, somente o sucessivo esgotamento de uma fonte de pastagem” (Bauman, 2010, p. 13).

Em “Vida a Crédito”, Bauman (2010) nos diz que passamos de uma sociedade de produtores – na qual os lucros provinham, sobretudo, da exploração do trabalho assalariado – para uma sociedade de consumidores, em que lucros são oriundos principalmente da exploração dos desejos do consumo. Para que esses desejos se tornem realidade, seria viável pensar que as pessoas tivessem recursos financeiros para sua aquisição.

No entanto, o capitalismo tem a capacidade de gerar novas fontes para a sua manutenção assim que esgotadas as fontes anteriores. “A força do capitalismo está na extraordinária engenhosidade com que busca e descobre novas espécies hospedeiras sempre que as espécies anteriormente exploradas se tornam escassas ou se extinguem” (Bauman, 2010, p. 27).

Nesse sentido, uma nova fonte de pastagem foi lançada no mercado em meados do século XX – o cartão de crédito –, cujo *slogan* diz: “Não adie a realização do seu desejo” (Bauman, 2010, p. 28).

Com um cartão de crédito é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois! Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando desejar, não quando ganhar o suficiente para obtê-las. (Bauman, 2010, p. 29)

Além da instituição do retro citado cartão, verificou-se um crescimento imensurável na oferta de créditos pelas instituições financeiras, como empréstimos consignados, crédito especial, talão de cheques, consórcios, entre outros produtos bancários.

Ainda de acordo com Bauman (2010), as propagandas publicitárias dos bancos não deixavam transparecer suas verdadeiras intenções, faziam-se de bancos “amigos” ou “que sorriem”. Para que o efeito dos cartões de crédito e do crédito fácil se torne fonte de lucro para os emprestadores, a dívida contraída deveria ser – e realmente foi – transformada numa fonte permanente de lucro.

Os bancos não procuram clientes que quitam suas contas em dia, pois se pagarem com diligência os seus débitos, não serão mais devedores. E é justamente nos débitos, juros cobrados mensalmente, que os credores modernos e benevolentes resolveram e conseguiram transformar em sua principal fonte de lucros



constantes. O cliente que paga prontamente o que pediu emprestado é um pesadelo para os credores. O devedor “ideal” é aquele que jamais liquida suas dívidas integralmente, porquanto o lucro dos credores, bancos, empresas de cartões é obtido por meio do serviço continuado de dívidas. Bauman (2010) reforça que:

Não pode pagar sua dívida? Em primeiro lugar, nem precisa tentar: a ausência de débitos não é o estado ideal. Em segundo lugar, não se preocupe: ao contrário dos emprestadores insensíveis de antigamente, ansiosos para reaver seu dinheiro em prazos pré-fixados e não renováveis, nós, modernos e benevolentes credores, não queremos nosso dinheiro de volta. Longe disso, oferecemos *mais créditos* para pagar a velha dívida e ainda ficar com dinheiro extra (ou seja, alguma dívida extra) a fim de pagar novas alegrias. (Bauman, 2010, p. 30)

Observem que o desejo dos bancos e demais instituições credoras é transformar todas as pessoas em devedoras. Bauman (2010) alerta que indivíduos que não possuem contas em instituições financeiras são fontes de “terras virgens”, clamando por exploração: “A atual ‘contração do crédito’ não é resultado do insucesso dos bancos. Ao contrário, é o fruto, plenamente previsível, embora não previsto, de seu extraordinário sucesso. Sucesso ao transformar uma enorme maioria de homens, mulheres, velhos e jovens numa raça de devedores (Bauman, 2010, p. 31).

Então, o objetivo dos bancos foi alcançado. Tornamo-nos devedores eternos à autoperpetuação do estar endividado, à medida que fazer mais dívidas é visto como o único instrumento verdadeiro de salvação daquelas já contraídas. Ou seja, a saída encontrada pelas pessoas é se endividarem por meio da aquisição de novos empréstimos, pois a oferta desses créditos cria e amplia a necessidade de mais dívidas: “Como poucas drogas, viver a crédito cria dependência” (Bauman, 2010, p. 34).

O Estado é “capitalista” quando garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-lo. Essas alternativas, de cunho neoliberais, que injetam dinheiro nos bancos para que possam oferecê-lo a seus clientes a juros exorbitantes, contribuem para a perpetuação de uma sociedade cada vez mais endividada.

Nesse sentido, a Educação Financeira nas escolas tem fundamental importância, uma vez que orienta as pessoas a pensarem na melhor forma para a tomada de suas decisões. É preciso orientar os alunos para que entendam: o que é bom para os bancos, nem sempre é bom para as pessoas. As dívidas contraídas, cedo ou tarde, precisarão ser quitadas e muitas vezes, vêm com altas taxas de juros como forma de punição por não ter adiado o seu desejo em adquirir algo. Bauman (2010, p. 29) pontua: “Não pensar no ‘depois’ significa, como sempre, acumular problemas”.

Bauman (2010) critica essas atitudes de cunho neoliberais, cujas medidas tomadas pelos governos consistem em “recapitalizar” os bancos e deixá-los novamente em condições de desenvolver suas “atividades normais”, ou seja, ofertando créditos e contribuindo para que mais pessoas se endividem. Consequências desse modelo podem custar caro ao bolso de todos os cidadãos, pois, “se os devedores não tiverem condições pessoais de pagar os juros sobre a orgia consumista inspirada e amplificada pelos bancos, talvez possam ser induzidos/obrigados a fazê-lo por meio dos impostos que pagam ao Estado” (Bauman, 2010, p. 35).

Nesse sentido, urge pensar em uma Educação Financeira que: vá ao encontro da formação crítica e autônoma do aluno; seja capaz de orientar as pessoas em relação às armadilhas impostas pelo sistema capitalista, em especial, o capitalismo financeiro; que contribua na tomada de decisão consciente e responsável para sua saúde financeira. Ademais, uma Educação Financeira que se preocupe com o planeta, visto que atitudes consumistas podem aumentar a produção de lixo, destruindo rios e terras, além de emitir gases resultantes de sua produção, transporte, distribuição e, posteriormente, seu destino. Assim, é relevante



trazer para o cotidiano escolar uma Educação Financeira que prepare o discente e demais pessoas para a vida.

É importante mencionar que a ENEF foi constituída por meio do Decreto Federal n.º 7.397/2010, cuja finalidade era promover a Educação Financeira e Previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, da eficiência e da solidez do sistema financeiro nacional e da tomada consciente de decisões por parte dos consumidores. Em 2020, revogando a retromencionada norma, passou a vigorar o Decreto Federal n.º 10.393, de 9 de junho de 2020 (Brasil, 2020), que instituiu uma nova ENEF, com a finalidade de promover a Educação Financeira, Securitária e Previdenciária do país, bem como o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades: Banco Central do Brasil; Comissão de valores Mobiliários; Superintendência de Seguros Privados; Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia; Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e Ministério da Educação.

Tanto a nova ENEF quanto a maioria dos órgãos e entidades que constituem o FBEF defendem uma concepção de Educação Financeira voltada para os interesses do mercado, das instituições financeiras e dos setores privados e, por sua vez, esses interesses são incorporados à BNCC, diferindo-se da proposta assegurada pelos educadores financeiros, no contexto da Educação Matemática.

O educador Kistemann Jr. (2020), enfatiza a importância de as escolas tomarem cuidado ao inserir a Educação Financeira nas escolas para não estarem disseminando uma concepção de Educação de Financeira que favoreça a manutenção da sociedade capitalista atendendo aos interesses de grupos de poder ou de determinadas instituições que pouco se importam com a real necessidade das pessoas.

É importante que os professores que ensinam Matemática ao abordarem a temática da Educação Financeira nas aulas tenham propriedade acerca do assunto a fim de que as discussões promovidas possam ir ao encontro daquilo que é almejado pelo campo da Educação Matemática tendo em vista uma formação crítica nos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (POR QUE LUTAMOS?)

Para tecer nossas considerações finais, retomamos as problematizações levantadas no início do texto: Por que Educação Financeira nas escolas? Qual Educação Financeira desejamos? A quem essa proposta se destina? A proposta de Educação Financeira presente na BNCC é a que realmente desejamos? Por que lutamos?

Ao discorrer sobre a temática, entendemos que é imperiosa a necessidade de levar a Educação Financeira às escolas, aos alunos e às demais pessoas da sociedade, para que, a partir do conhecimento do modelo de sociedade capitalista em que estamos inseridos, saibam tomar melhores decisões para si, de modo que não contribuam com o fortalecimento do acúmulo de capital para uns, em detrimento daqueles que, seja pela pobreza, miséria e/ou falta de informação, se endividam gravemente.

Não estamos questionando tomada de decisões que levam as pessoas ao endividamento comum, por meio de financiamentos, como: aquisição de uma casa para moradia ou veículo para ir ao trabalho; do uso do cartão de crédito para aquisição de alimentos, vestuário, atendimento médico, entre outros que, apesar de contribuírem para o abastecimento das instituições bancárias, por meio do pagamento de juros, são itens indispensáveis para a sobrevivência humana. Questionamos situações de endividamentos que poderiam ser deixadas de lado se as pessoas tivessem conhecimento de Educação Financeira o suficiente para lutar contra as armadilhas impostas pela sociedade capitalista. Comprar roupas, por exemplo, é necessário, contudo, pagar caro por uma determinada marca talvez pudesse ser evitado ou adiada tal compra.



A principal intenção da proposta de Educação Financeira presente na BNCC, em conformidade com OCDE, é levar o aluno à obtenção de capital humano, cujos resultados serão mensurados por meio de avaliações externas, como a prova do Pisa, que tem por finalidade conseguir financiamento por meio de instituições, tais como o Banco Mundial.

Repudiamos, em conformidade com Kistemann Jr. (2020), essa intenção da BNCC e da OCDE e lutamos por uma Educação Financeira que seja capaz de fazer com que as pessoas fortaleçam o pensamento crítico; que saibam pesquisar opções de financiamento e optem pela instituição que oferecer a melhor condição para o cliente; que estejam aptas a analisar e escolher aquele banco ou empresa com boas ofertas. Ademais, uma Educação Financeira que leve as pessoas a analisarem o momento certo para aquisição de um determinado produto; que não tenham o lucro como fim e, sim, o dinheiro como meio para acesso ao que têm direito, como à cultura, às artes, à educação e, sobretudo, a uma educação de qualidade social, que leve as classes menos favorecidas a ocuparem postos antes exercidos apenas por sujeitos pertencentes a elite.

Defendemos uma Educação Financeira que não vise apenas lucrar, mas que cuide também da sustentabilidade do planeta, já que este não sobreviverá a tantos ataques que vem sofrendo. Almejamos uma Educação Financeira que faça as pessoas refletirem acerca da origem e da fabricação dos produtos que necessitam consumir, questionando: será que as respectivas empresas os produzem com responsabilidade ambiental? O transporte é realmente lícito? Quais fatores possibilitam o transporte de um produto a longas distâncias, com frete gratuito?

Lutamos por uma Educação Financeira que transcenda o que propõe a BNCC e OCDE. Não precisamos de pessoas que saibam apenas responder questões em uma prova. Precisamos de cidadãos que saibam tomar decisões reais e que impactam positivamente as suas vidas em sociedade e a sustentabilidade do planeta. Lutamos por uma Educação Financeira que emancipe os indivíduos para a tomada de decisão em conformidade com princípios éticos e cidadãos. Por fim, lutamos por uma Educação Financeira que preze pela justiça social, em prol da erradicação da pobreza e da miséria.

REFERÊNCIAS

- ALMOULOU, Saddo Ag; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. Letramento financeiro e o perfil de professores que ensinam Matemática na escola básica. In: CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. (Org). Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: pesquisas e reflexões. Taubaté: Editora Akademy, 2020, p. 77-106.
- ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; GIORDANO, Cassio Cristiano; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. Em Teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, Recife, v. 10, n. 3, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida a crédito: conversas com Citlali Roviroso-Madrado. Tradução de Alexandre Werneck. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BRASIL. Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jun. 2020.
- BRASIL. Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEB, 1997.

CAMARGOS, Heverton Silva de; PATRIOTA, Jessica Nepomuceno. Educação financeira nas escolas do estado do Tocantins: desafios. Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, v. 9, n. Especial, p. 12-21, 2022.

CAMPOS, Celso Ribeiro. Aprofundando o estudo sobre a vertente comportamental da educação financeira. In: CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. (Org). Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: pesquisas e reflexões. Taubaté: Editora Akademy, 2020, p. 53-76.

CRIDDLE, E. Alfabetização financeira: metas e valores, não apenas números. Alliance34, v. 4, 2006.

DOMINGOS, António Manuel Dias; SANTIAGO, Ana. Conceções e práticas de professores de matemática sobre educação financeira. Revista de Educação, Ciências e Matemática, v. 6, n. 3, 2014.

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira. Estratégia Nacional de Educação Financeira. Plano Diretor. Brasília: ENEF, 2010.

JOHANN, Rafaela Cristina; MALANCHEN, Júlia. Interfaces entre interesses privados e públicos na educação escolar: o caso da Base Nacional Comum Curricular. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 132-155, maio/ago. 2021

KISTEMANN Jr., Marco Aurélio. Economização, Capital humano e literacia financeira na ótica da OCDE e da ENEF. In: CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. (Org). Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: pesquisas e reflexões. Taubaté: Editora Akademy, 2020, p. 15-52.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. 2005.

ORTON, Larry. Alfabetização Financeira: Lições da experiência internacional. Política Canadense Rede de Pesquisa - Relatório de Pesquisa do CPRN. Canadá: Incorporated, 2007.

SILVA, Amarildo Melchiades da; POWELL, Arthur Belford. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. XI Encontro Nacional de Educação Matemática. Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática, Curitiba, 2013.

SKOVSMOSE, Ole. Um convite à Educação Matemática Crítica. 1. ed. Campinas: Editora Papirus, 2021.

TEIXEIRA, James. Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira. 2015. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2015.

VITT, Lois. A. Decisões financeiras do consumidor e a psicologia dos valores. Jornal de Finanças Profissionais de Serviços, v. 58, n. 6, p. 68-78, 2004.